ReGeo ISSN: 2177-3246

O CONTEXTO QUALITATIVO DO ENSINO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO AMAZONAS - COMO A NEURODIVERGÊNCIA É AFETADA PELA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO JORNALISTA

THE QUALITATIVE CONTEXT OF SOCIAL COMMUNICATION TEACHING IN AMAZONAS - HOW NEURODIVERSITY IS AFFECTED BY JOURNALISM PROFESSIONAL TRAINING

EL CONTEXTO CUALITATIVO DE LA ENSEÑANZA DE COMUNICACIÓN SOCIAL EN AMAZONAS - CÓMO LA NEURODIVERSIDAD SE VE AFECTADA POR LA FORMACIÓN PROFESIONAL DEL PERIODISTA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-145

Data de submissão: 09/06/2026 **Data de publicação:** 24/07/2026

Carlos Eduardo do Valle Pereira Faria dos Santos
Pós-Graduado em Direito Público
Instituição: Universidade do Estado do Amazonas
E-mail: valle.carlosed@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6844783271894698

Cyneida Menezes Correia
Doutoranda em Educação
Instituição: Educanorte
E-mail: cyneida@gmail.com

RESUMO

O Jornalismo exerce papel central na mediação da informação e na promoção da cidadania. No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, torna-se relevante analisar se a formação acadêmica dos jornalistas tem contemplado as demandas comunicacionais de pessoas neurodivergentes, especialmente autistas. Assim, esta pesquisa teve como objetivo investigar se as Instituições de Ensino Superior do Amazonas, que ofertam o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, incorporam em suas matrizes curriculares conteúdos voltados à comunicação inclusiva para esse público enquanto receptor da notícia. A metodologia adotada foi de natureza documental, com base nos pressupostos de Minayo (2009), a partir da análise das grades curriculares das instituições selecionadas por meio do Ranking Universitário Folha 2025. Complementarmente, realizou-se levantamento do estado da arte nos Periódicos da CAPES. Os resultados evidenciam que, embora as matrizes curriculares contemplem disciplinas relacionadas à ética, aos direitos humanos e à cidadania, inexiste a oferta de disciplinas obrigatórias ou optativas específicas voltadas à comunicação para pessoas autistas ou neurodivergentes. Conclui-se que há uma lacuna formativa significativa, indicando a necessidade de reformulação curricular e da proposição de diretrizes normativas que assegurem uma formação jornalística mais acessível, inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Jornalismo. Neurodivergência. Autismo. Formação Acadêmica. Comunicação Inclusiva.

ABSTRACT

Journalism plays a central role in mediating information and promoting citizenship. In the contemporary context, marked by the advancement of debates on diversity and inclusion, it becomes

relevant to analyze whether the academic training of journalists has addressed the communicational demands of neurodivergent individuals, especially autistic people. Thus, this study aimed to investigate whether Higher Education Institutions in the state of Amazonas that offer undergraduate programs in Social Communication with a specialization in Journalism incorporate, within their curricula, content focused on inclusive communication for this audience as recipients of news. The methodology adopted was documentary in nature, based on the theoretical and methodological assumptions proposed by Minayo (2009), through the analysis of curricular matrices of institutions selected from the 2025 Folha University Ranking. Additionally, a state-of-the-art review was conducted using the CAPES Journals Portal. The results show that although the curricula include subjects related to ethics, human rights, and citizenship, there is no offer of mandatory or elective courses specifically focused on communication for autistic or neurodivergent individuals. It is concluded that there is a significant training gap, indicating the need for curricular reform and the proposal of normative guidelines to ensure more accessible, inclusive, and socially committed journalism education.

Keywords: Journalism. Neurodivergence. Autism. Academic Training. Inclusive Communication.

RESUMEN

El periodismo juega un papel central en la mediación de información y promoción de ciudadanía. En el contexto contemporáneo, caracterizado por el avance de debates sobre diversidad e inclusión, es relevante analizar si la formación académica de los periodistas ha abordado las demandas comunicacionales de individuos neurodivergentes, especialmente autistas. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo investigar si las Instituciones de Educación Superior en el estado de Amazonas que ofrecen programas de pregrado en Comunicación Social con especialización en Periodismo incorporan, dentro de sus currículos, contenido enfocado en comunicación inclusiva para esta audiencia como receptores de noticias. La metodología adoptada fue de naturaleza documental, basada en los supuestos teóricos y metodológicos propuestos por Minayo (2009), a través del análisis de matrices curriculares de instituciones seleccionadas del Ranking de Universidades Folha 2025. Además, se realizó una revisión del estado del arte utilizando el Portal de Periódicos de CAPES. Los resultados muestran que aunque los currículos incluyen asignaturas relacionadas con ética, derechos humanos y ciudadanía, no existe oferta de cursos obligatorios u optativos específicamente enfocados en comunicación para individuos autistas o neurodivergentes. Se concluye que existe una brecha significativa en la formación, indicando la necesidad de reforma curricular y la propuesta de directrices normativas para garantizar una educación periodística más accesible, inclusiva y socialmente comprometida.

Palabras clave: Periodismo. Neurodiversidad. Autismo. Formación Académica. Comunicación Inclusiva.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comunicação Social, em especial o Jornalismo, historicamente desempenha um papel fundamental na mediação da informação, na construção de narrativas sociais e na promoção da cidadania. No contexto contemporâneo, marcado pela ampliação dos debates sobre diversidade, inclusão e direitos humanos, se impõe a necessidade de refletir sobre a capacidade do jornalismo de dialogar com públicos historicamente marginalizados, entre eles pessoas autistas e outros indivíduos neurodivergentes que demandam atenção comunicacional.

Nesse cenário, emerge como problema central desta pesquisa a necessidade de compreender se - e de que modo - a formação acadêmica em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, ofertada pelas instituições de ensino superior do estado do Amazonas, tem incorporado perspectivas inclusivas capazes de atender às demandas comunicacionais de pessoas autistas e demais indivíduos neurodivergentes enquanto público final da notícia. Neste artigo, compreende-se 'público final da notícia' como o conjunto de interlocutores para os quais a informação jornalística precisa fazer sentido na recepção, isto é, leitores, ouvintes e espectadores, com diferentes repertórios e modos de processamento.

Nessa direção, a comunicação não se reduz ao aspecto técnico da mensagem, pois é construída na relação entre interlocutores e exige do comunicador a capacidade de regular sua linguagem conforme o que o outro sabe e como compreende, viabilizando a construção compartilhada de sentidos (Nunes; Barbosa; Nunes, 2021). Apesar do reconhecimento histórico do jornalismo como mediador social e promotor da cidadania, observa-se uma lacuna entre essa missão social e a efetiva preparação dos futuros profissionais para comunicar de forma acessível, ética e sensível às diferentes formas de percepção, linguagem e interação presentes na neurodiversidade.

Esse problema se agrava diante das transformações da cultura digital, caracterizadas pela intensificação dos fluxos informacionais e da produção de conhecimento. Conforme apontam os estudos de Aline Horn (2015), a multiplicidade de linguagens, os novos modos de aprender, a integração entre plataformas midiáticas e a lógica da interação em tempo real redefinem práticas, rotinas e sentidos do fazer jornalístico. No entanto, tais transformações nem sempre são acompanhadas por reflexões pedagógicas que considerem a diversidade cognitiva dos públicos que consomem a informação jornalística.

Os desafios tornam-se ainda mais evidentes quando se considera que pessoas autistas representam ao menos **1,2% da população brasileira**, segundo dados do IBGE (2022), sem contabilizar outras neurodivergências não mapeadas pelo censo. A neurodivergência compreende variações neurológicas naturais da condição humana, incluindo o Transtorno do Espectro Autista

(TEA), TDAH, dislexia, entre outras condições (Fuentes *et al.*, 2014), cujas especificidades exigem abordagens comunicacionais acessíveis, éticas e inclusivas.

A linguagem, nesse contexto, assume papel central, uma vez que constitui uma habilidade cognitiva complexa e fundamental para a socialização e a comunicação humana. Distúrbios ou particularidades no processamento da linguagem podem interferir significativamente nas habilidades comunicativas, sociais, laborais e de (re)integração social (Hillis, 2007). A linguagem manifesta-se tanto na dimensão receptiva - compreensão verbal por meio da audição e da leitura - quanto na dimensão expressiva, envolvendo fala, escrita e outras formas de produção simbólica (Fuentes *et al.*, 2014).

Diante desse problema, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar se as grades curriculares dos cursos de Comunicação Social - Jornalismo, ofertados pelas principais instituições de ensino superior do Amazonas, contemplam conteúdos, disciplinas ou abordagens voltadas à inclusão de pessoas autistas e demais neurodivergentes como público final da notícia. Para tanto, busca-se identificar quais instituições são elegíveis ao estudo, verificar a existência de disciplinas relacionadas à inclusão e acessibilidade comunicacional e analisar se tais componentes curriculares são obrigatórios ou optativos.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na relevância social, acadêmica e ética do jornalismo enquanto prática comprometida com o direito à informação e com a cidadania. Em um estado como o Amazonas, marcado por especificidades geográficas, culturais e socioeconômicas, torna-se ainda mais pertinente investigar se a formação jornalística tem acompanhado as exigências contemporâneas de inclusão e diversidade, especialmente no que se refere à neurodiversidade, tema ainda pouco explorado nos estudos em Comunicação Social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a escolha da fenomenologia orienta a investigação para a compreensão do fenômeno a partir das experiências vividas, dos sentidos atribuídos à formação jornalística e das práticas institucionais presentes nos cursos analisados. Ao privilegiar a descrição e a interpretação das manifestações do ensino de Comunicação Social diante das exigências da inclusão, a fenomenologia permite analisar discursos curriculares, práticas formativas e a presença — ou ausência — de conteúdos voltados à comunicação inclusiva, sem a imposição de pressupostos normativos prévios.

Assim, ao evidenciar as possíveis lacunas entre a missão social do jornalismo e a preparação efetiva dos futuros profissionais, esta pesquisa pretende contribuir para reflexões críticas sobre a formação jornalística e para o fortalecimento de uma prática comunicacional mais ética, acessível e socialmente comprometida com a diversidade humana.

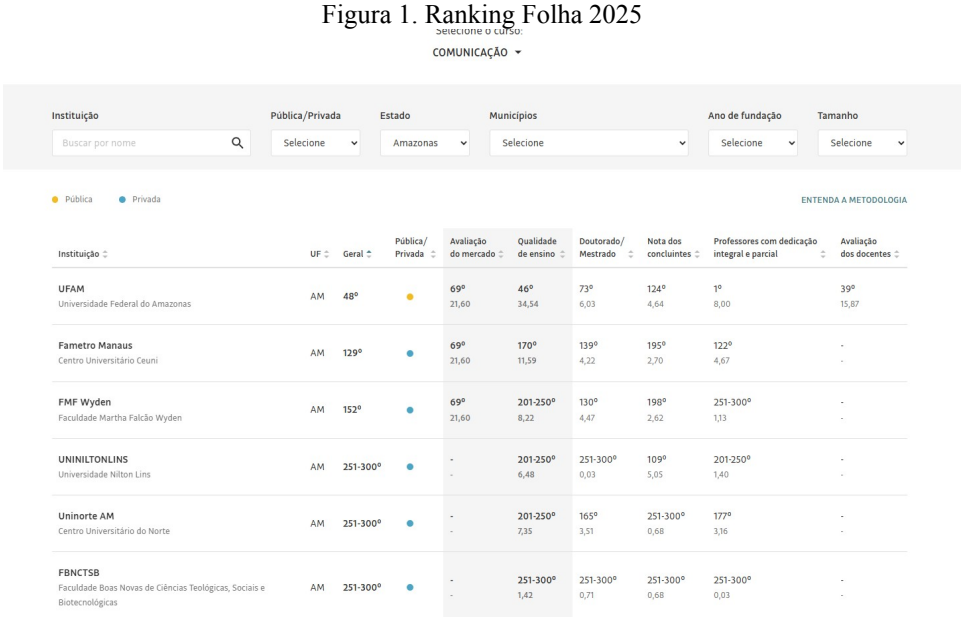
2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem documental, conforme orientações metodológicas de Minayo (2009), que ressalta a importância da organização e análise de materiais pré-existentes para a produção de conhecimento científico em ciências sociais.

Nesse sentido, a metodologia foi estruturada a partir da análise literal e da sistematização de documentos oficiais e públicos, no caso, as matrizes curriculares disponíveis digitalmente de cada Instituição de Ensino Superior, articulando teoria, método e criatividade investigativa, conforme preconizado pela autora em *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (Minayo, 2009).

A pesquisa documental consistiu na coleta e análise de documentos secundários, se originando no **Ranking de Universidades – Folha 2025**, especificamente na classificação dos cursos de Comunicação (disponível em https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-cursos/comunicacao/), com a finalidade de servir de base de dados para saber quais Instituições de Ensino deveriam ser elegíveis.

Figura 1. Ranking Folha 2025



Instituição	UF	Geral	Pública/ Privada	Avaliação do mercado	Qualidade de ensino	Doutorado/ Mestrado	Nota dos concluintes	Professores com dedicação integral e parcial	Avaliação dos docentes
UFAM Universidade Federal do Amazonas	AM	48º		69º 21,60	46º 34,54	73º 6,03	124º 4,64	1º 8,00	39º 15,87
Fametro Manaus Centro Universitário Ceuni	AM	129º		69º 21,60	170º 11,59	139º 4,22	195º 2,70	122º 4,67	- -
FMF Wyden Faculdade Martha Falcão Wyden	AM	152º		69º 21,60	201-250º 8,22	130º 4,47	198º 2,62	251-300º 1,13	- -
UNINILTONLINS Universidade Nilton Lins	AM	251-300º		- -	201-250º 6,48	251-300º 0,03	109º 5,05	201-250º 1,40	- -
Uninorte AM Centro Universitário do Norte	AM	251-300º		- -	201-250º 7,35	165º 3,51	251-300º 0,68	177º 3,16	- -
FBNCTSB Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas	AM	251-300º		- -	251-300º 1,42	251-300º 0,71	251-300º 0,68	251-300º 0,03	- -

Fonte: https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-cursos/comunicacao/

Como critério de inclusão, era obrigatória a presença da referida IES no Ranking Universitário, até a 300º posição e cumulativamente, estar sediada no Estado do Amazonas. Como critério de exclusão, tem-se as instituições não listadas ou listadas mas completamente sem informações.

Em complemento à análise documental clássica, foi aplicado um instrumento de coleta de dados via formulário que foi estruturado com base nos componentes curriculares das grades acadêmicas das universidades incluídas no universo de análise contando com as perguntas:

1. Nome da Universidade;
2. Categoria;
3. Grade utilizada no Estudo;
4. Link;
5. Ano da Grade;
6. O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de Direitos Humanos?
7. O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de inclusão das pessoas com deficiência Intelectual?
8. O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de Comunicação para Neurodivergentes ou Neurociência de forma específica?
9. O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina para de Comunicação para TEA de forma específica?
10. Delimitação da Disciplina
11. O curso de Comunicação Social possui, em sua grade, alguma disciplina **obrigatória** de Comunicação para TEA?
12. O curso de Comunicação Social possui, em sua grade, alguma disciplina **optativa** de Comunicação para TEA?
13. O curso contém alguma disciplina relevante ao estudo que não se enquadrou nas perguntas formuladas?

A elaboração do instrumento considerou os eixos propostos pelo marco teórico e as categorias de análise definidas previamente, possibilitando a triangulação entre as informações extraídas dos documentos oficiais, as classificações do ranking e as respostas coletadas via formulário. Esse procedimento metodológico dialoga com a perspectiva de Minayo (2009), ao trazer a necessidade de apreender os significados dos dados a partir do contexto social e institucional em que estes se situam. A análise foi realizada por meio de dados obtidos a partir do formulário, gerando uma planilha, e posteriormente gráficos a fim de aferir se a informação obtida consistia com objetivo da pesquisa. Por fim, também foi feita uma análise de estudos a partir do banco de dados dos Periódicos da CAPES, utilizando-se de operadores booleanos para verificar o estado da arte. As pesquisas realizadas consistem em textos, entre 2020-2026, com as *tags* “Autismo AND Jornalismo AND Amazonas”, “Neurodivergência AND Amazonas AND Jornalismo”, “TDAH AND Jornalismo”.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos evidencia, de forma clara, a escassez de produções acadêmicas e de abordagens curriculares que tratem especificamente da relação entre autismo, jornalismo e recepção da informação no contexto amazônico. Isto é, a ausência de estudos voltados à perspectiva do sujeito neurodivergente enquanto receptor da notícia reforça a relevância e a originalidade da presente pesquisa, que se propõe a preencher uma lacuna ainda pouco explorada na área da Comunicação Social.

No que se refere à delimitação do campo empírico, a escolha das Instituições de Ensino Superior baseou-se no Ranking Universitário Folha (RUF) 2025, critério este, amplamente utilizado por vestibulandos e pela sociedade como parâmetro de qualidade do ensino superior.

A partir desse levantamento, identificaram-se seis instituições com oferta do curso de Comunicação Social/Jornalismo no estado do Amazonas, sendo uma pública e cinco privadas. Tal distribuição já indica uma predominância do setor privado na formação de jornalistas na região, aspecto relevante para compreender as diretrizes curriculares adotadas.

Ao executar essa pesquisa no RUF 2025 (o mais atual), se obteve o seguinte resultado:

Quadro 1. Instituições de Ensino Superior do Amazonas elegíveis ao estudo - RUF 2025

Posição PP	Universidade	Estado	Posição	Pública ou Privada
22	Universidade Federal do Amazonas	AM	35	Federal
59	Centro Universitário Ceuni	AM	104	Privada
63	Faculdade Martha Falcão Wyden	AM	109	Privada
167	Centro Universitário do Norte	AM	201	Privada
200	Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas	AM	251	Privada
192	Universidade Nilton Lins	AM	251	Privada

Fonte: Elaborada pelos autores

Entretanto, durante a etapa de análise documental, observou-se a inviabilidade de inclusão da Universidade Nilton Lins no estudo, em razão da indisponibilidade pública de sua matriz curricular. Essa exclusão, além de necessária do ponto de vista metodológico, revela um problema adicional relacionado à transparência e ao acesso à informação, elemento que, por si só, dialoga com os princípios éticos da comunicação e com o direito à informação. A partir das informações obtidas através das grades, se tem a tabela:

Quadro 2. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo no Amazonas

Nome da Universidade	**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**	**CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI (FAMETRO MANAUS)**	**FACULDADE MARTHA FALCÃO - WYDEN**	**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE - UNINORTE**	**FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS - FBNCTSB**
Categoria	Pública	Privada	Privada	Privada	Privada
Grade utilizada no Estudo	IH46 - Jornalismo 2022/1	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO 2023	GRADE MODALIDADE PRESENCIAL	Grade Regular	MATRIZ CURRICULAR JORNALISMO 2024
Link	https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares	https://presencial.fametro.edu.br/cursos/jornalismo/	https://www.wyden.com.br/graduacao/jornalismo	https://www.uninorte.com.br/graduacao/cursos/escola-de-humanas/comunicacao-social-jornalismo/matriz-curricular/	https://fbnovas.edu.br/site/cursos/graduacao/jornalismo/
Ano da Grade	2022	2023	Sem Informação	Sem Informação	2024
O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de Direitos Humanos?	Mídia e Direitos Humanos - OBRIGATÓRIA	Direitos Humanos - OPTATIVA	Direitos Humanos - OPTATIVA	Ética e Cidadania - OBRIGATÓRIA	Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania - OBRIGATÓRIA
O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de inclusão das pessoas com	Não	Psicologia Social (EAD) - OBRIGATÓRIA	Educação Especial - OPTATIVA	Psicologia - OBRIGATÓRIA	Psicologia da Comunicação - OPTATIVA

deficiência Intelectual?					
O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina de Comunicação para Neurodivergentes ou Neurociência de forma específica?	Não	Não	Neurociência e Cognição - OPTATIVA	Não	Psicologia da Comunicação - OPTATIVA
O curso de Comunicação Social possui alguma disciplina para de Comunicação para TEA de forma específica?	Não	Não	Não	Não	Não
Delimitação da Disciplina					
O	Não	Não	Não	Não	Não

curso de Comunicação Social possui, em sua grade, alguma disciplina obrigatória de Comunicação para TEA?					
O curso de Comunicação Social possui, em sua grade, alguma disciplina optativa de Comunicação para TEA?	Não	Não	Não	Não	Não

O curso contém alguma disciplina relevante ao estudo que não se enquadrou nas perguntas formuladas?	Culturas e Complexidades na Comunicação - OPTATIVA				

Fonte: Elaborada pelos autores

A análise das grades curriculares das cinco IES incluídas no estudo revela que todas apresentam, em maior ou menor grau, disciplinas relacionadas a Direitos Humanos, Ética ou Cidadania, sendo estas, em sua maioria, obrigatórias. Esse dado demonstra que há uma preocupação institucional em abordar valores humanísticos e sociais na formação do jornalista, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Comunicação Social. Contudo, como aponta Lima *et al.* (2023), a presença de conteúdos humanísticos no ensino superior nem sempre se traduz em práticas formativas capazes de atender às demandas específicas de públicos com necessidades comunicacionais diferenciadas, como pessoas com TEA.

Todavia, quando o foco se desloca para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e, mais especificamente, para a neurodivergência, os dados evidenciam fragilidades significativas. Nenhuma das instituições analisadas possui disciplinas obrigatórias voltadas especificamente à comunicação para pessoas autistas. Esse resultado dialoga com estudos que indicam que a inclusão da pessoa com TEA no ensino superior ainda ocorre de forma pontual e pouco sistematizada, especialmente no que diz respeito às estratégias comunicacionais e à mediação da linguagem (Lima *et al.*, 2023)

Ao contrário, as poucas disciplinas que tangenciam essa temática - como Psicologia, Psicologia Social, Psicologia da Comunicação ou Neurociência e Cognição - aparecem majoritariamente como optativas ou com abordagem genérica, não direcionada à prática comunicacional inclusiva. Segundo Alzate (2018), quando a formação não contempla de forma explícita as especificidades dos sujeitos com deficiência, tende-se a reproduzir práticas pedagógicas hegemônicas, que invisibilizam diferenças cognitivas e comunicacionais

Ressalte-se que a presença de disciplinas de Psicologia ou Neurociência nas matrizes curriculares não se confunde com a formação em comunicação inclusiva, uma vez que o conhecimento sobre processos cognitivos ou comportamentais não implica, necessariamente, o desenvolvimento de competências jornalísticas voltadas à produção de conteúdos acessíveis, éticos e ajustados às especificidades do público neurodivergente

Esse cenário aponta para uma lacuna formativa: embora o jornalista seja um mediador central da informação e da construção de sentidos sociais, sua formação acadêmica ainda não contempla, de maneira sistemática, as especificidades cognitivas, sensoriais e comunicacionais das pessoas neurodivergentes. Do ponto de vista da neuropsicologia da linguagem, Fuentes *et al.* (2014) e Hillis (2007) demonstram que alterações nos processos de compreensão e produção linguística impactam diretamente a interação social e a construção de sentido, o que torna imprescindível que essas dimensões sejam consideradas na formação do comunicador.

A inexistência de disciplinas obrigatórias ou optativas voltadas à Comunicação para TEA reforça a hipótese de que a inclusão desse público ainda não é tratada como uma competência essencial no exercício profissional do jornalismo. Esse achado converge com os estudos sobre Comunicação Alternativa e Ampliada, que evidenciam que práticas comunicacionais acessíveis ampliam a participação social de pessoas com TEA, mas ainda são pouco incorporadas à formação profissional fora do campo da Educação Especial (Nunes, Barbosa & Nunes, 2021)

Adicionalmente, observa-se que mesmo disciplinas potencialmente relevantes ao estudo, como "Culturas e Complexidade na Comunicação", aparecem de forma pontual e optativa, sem um direcionamento explícito para a neurodiversidade. Isso sugere que, embora existam espaços curriculares que poderiam comportar esse debate, ele ainda não é explicitamente incorporado às ementas ou aos objetivos formativos. Andrade *et al.* (2024) destacam que a ausência de diretrizes claras sobre comunicação acessível compromete a efetividade das estratégias inclusivas no ensino superior.

Dessa forma, os dados analisados indicam que a formação em Comunicação Social no Amazonas, apesar de contemplar princípios éticos e de direitos humanos, não incorpora de maneira efetiva a perspectiva do sujeito neurodivergente enquanto receptor da informação, o que pode impactar diretamente a prática jornalística, contribuindo para a produção de conteúdos que não consideram adequadamente a acessibilidade cognitiva e comunicacional de pessoas autistas. Esse resultado confirma o estado da arte apresentado por Santos (2025), que aponta a inexistência de conteúdos específicos sobre neurodivergência nas matrizes curriculares dos cursos de Jornalismo no Amazonas.

Cabe reconhecer, como limitação metodológica deste estudo, que a análise concentrou-se nos currículos formais e nas matrizes oficiais dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo, não

abrangendo as práticas docentes efetivamente desenvolvidas em sala de aula ou em atividades extensionistas. Embora as grades curriculares expressem diretrizes institucionais e orientações formativas, investigações futuras poderão aprofundar essa discussão por meio de entrevistas com docentes, observação etnográfica das práticas pedagógicas ou análise de projetos de ensino e extensão, ampliando a compreensão sobre como a comunicação inclusiva é (ou não) operacionalizada na formação jornalística

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, embora os cursos de Comunicação Social no estado do Amazonas contemplem conteúdos relacionados à ética, aos direitos humanos e à cidadania, ainda persiste uma lacuna significativa no que diz respeito à formação específica para a comunicação inclusiva voltada às pessoas neurodivergentes. Tal ausência compromete a preparação do jornalista para lidar com a diversidade de públicos que compõem a sociedade contemporânea, em especial no que se refere ao direito fundamental à informação acessível e compreensível.

Os resultados reforçam a necessidade de implementar nas matrizes curriculares dos cursos de Jornalismo disciplinas voltadas à comunicação inclusiva e à neurodiversidade de forma obrigatória. Essa inclusão não apenas ampliaria a qualidade da formação profissional, mas também contribuiria para um jornalismo mais democrático, plural e comprometido com o direito à informação de todos os cidadãos. Conforme defendem Nunes *et al.* (2021) e Andrade *et al.* (2024), a comunicação acessível não deve ser compreendida como adaptação excepcional, mas como princípio estruturante das práticas comunicacionais contemporâneas.

Diante desse cenário, torna-se pertinente propor a elaboração de uma resolução legislativa, em âmbito federal ou estadual, que estabeleça diretrizes obrigatórias para a inclusão de conteúdos relacionados à comunicação inclusiva e à neurodiversidade nas matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo.

Essa resolução poderia ser incorporada às Diretrizes Curriculares Nacionais, determinando a obrigatoriedade de, ao menos, uma disciplina específica voltada à comunicação para públicos neurodivergentes, com ênfase nas particularidades cognitivas, sensoriais e comunicacionais das pessoas autistas.

Tal medida legislativa estaria em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e do direito à informação, bem como com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Ademais, ao incidir diretamente sobre a

formação profissional, a resolução contribuiria para a construção de práticas jornalísticas mais responsáveis, sensíveis e inclusivas.

Portanto, a institucionalização dessa exigência por meio de um instrumento normativo não apenas qualificaria a formação acadêmica dos futuros jornalistas, mas também fortaleceria o papel social do jornalismo como mediador democrático da informação.

REFERÊNCIAS

ALZATE, Jorge Iván Correa. **A avaliação da aprendizagem no contexto da justiça educativa para população com deficiência na educação superior**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 24, n. 1, p. 89–102, jan./mar. 2018.

ANDRADE, Aurélio Matos *et al.* **Recursos educacionais para estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA): síntese de evidências qualitativas**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 28, e259575, 2024.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean *et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

FUENTES, C. *et al.* **Neuropsicologia: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Cap. 7: Neuropsicologia da linguagem.

HALL, Stuart. **Encoding/decoding**. In: HALL, Stuart *et al. Culture, media, language*. London: Hutchinson, 1980. p. 128–138.

HILLIS, Argye Elizabeth. **Aphasia: progress in the last quarter of a century**. *Neurology*, v. 69, n. 2, p. 200–213, 2007. DOI: https://doi.org/10.1212/01.wnl.0000265600.69385.6c.

HORN, Tainá Amaral Aline; OTÁVIO DIAS, Luis; CARDOSO DALLA COSTA, Rosa Maria. **Ensino de jornalismo e novas práticas jornalísticas no século XXI**: globalização, sociedade e tecnologia. Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 139–158, 2015. DOI: 10.5380/2238-0701.2015n10p139-158. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/43630. Acesso em: 25 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022:** Pessoas com deficiência e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/. Acesso em: 26 jan. 2026.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

LIMA, Stefany Caterine Mendes Rodrigues *et al.* **Transtorno do espectro autista: desafios na universidade**. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, e0712439507, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.39507.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massa**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

NUNES, Débora Regina de Paula; BARBOSA, João Paulo da Silva; NUNES, Leila Regina de Paula. **Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0212, p. 655–672, 2021.